

SEMANÁRIO

ECCLÉSIA

25 de setembro de 2014 | n.º 1447 | Este número: 3€

CARIDADE, JUSTIÇA E SOLIDARIEDADE: CONSCIÊNCIAS E PRÁTICAS

Tradições religiosas
Dinâmicas e personalidades
O presente que contém o futuro



Edição:

Agência Ecclesia do Secretariado Nacional
das Comunicações Sociais da Conferência Episcopal Portuguesa

Coordenação científica:

Centro de Estudos de História Religiosa
da Faculdade de Teologia da Universidade Católica Portuguesa

SEMANÁRIO
ECCLESIA



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA | CENTRO DE ESTUDOS DE HISTÓRIA RELIGIOSA

Âpoios:

Santa Casa da Misericórdia de Lisboa

Montepio

Cáritas Portuguesa

Irmandade dos Clérigos



SEMANÁRIO
ECCLESIA

EDIÇÃO ESPECIAL N.º 1447
25 DE SETEMBRO DE 2014



Propriedade:

Secretariado Nacional das
Comunicações Sociais
(Conferência Episcopal Portuguesa)
Diretor: João Aguiar Campos

Edição:

Agência Ecclesia
N.º de Registo: 109665
Diretor: Paulo Rocha
Chefe de redação: Octávio Carmo
Redação: Carlos Borges,
José Carlos Patrício, Henrique Matos,
Lígia Silveira, Luís Costa,
Luís Filipe Santos, Manuel Costa,
Sónia Neves, Tiago Azevedo Mendes,
Tiago Cristóvão

Coordenação Científica:

Centro de Estudos
de História Religiosa da
Universidade Católica Portuguesa

Coordenadores:

António Matos Ferreira
Paulo Alexandre Alves
Sérgio Ribeiro Pinto

Colaboradores:

André de Campos Silva
António Matos Ferreira
Carimo Mohamed
Domingos Vieira
Filomena Andrade
Francisco João Osswald do Amaral
Helena Ribeiro de Castro
Inês Rodrigues
João Coelho Azevedo
Luís Carlos Amaral
Maria C. Fernandes
Paulo Alexandre Alves
Pedro Lage Reis Correia
Timóteo Cavaco

Projeto gráfico, paginação e produção:

Dupladesign

Secretaria:

Ana Gomes

Redação e Administração:

Quinta do Cabeço, Porta D
1885-076 MOSCAVIDE
Tel.: (+351) 218 855 472
Fax: (+351) 218 855 473

Tiragem: 8000 exemplares / Depósito Legal n.º 104002/96

agencia@ecclesia.pt

www.agencia.ecclesia.pt

Caridade e filantropia: duas visões de justiça

Helena Ribeiro de Castro // Doutora em Educação, área de Pedagogia / Docente na Escola Superior de Educação Jean Piaget

A palavra “caridade” parece ter vindo a desaparecer do nosso léxico quotidiano, sucumbindo, ao longo dos tempos, à conotação negativa que foi pesando na sua utilização muitas vezes associada a uma “caridadezinha” exercida, sem critério, para aliviar as consciências. Cremos que, se a procurarmos na imprensa oral e escrita dos últimos anos, a encontraremos (muito) raramente. Apenas no meio cristão, a palavra continua a ser usada, no âmbito quer das celebrações litúrgicas quer das cartas pastorais dos episcopados e das encíclicas dos Papas. Talvez nem mesmo os cristãos gostem de a utilizar fora do contexto mais restrito das suas comunidades, por causa da tal conotação, ainda que todos reconheçam a importância do conceito por detrás da palavra. Qualquer cristão saberá dizer que “caridade”¹ significa “amor” e se exprime na forma como nos (re)ligamos a Deus e aos outros homens; em relação a estes, o cristão encontra o modelo na vida do próprio Cristo, descrita ao longo do Novo Testamento, na parábola do bom samaritano, em Lc 10, 30-37 e na narrativa do juízo final, em Mt 25, 31-46.

“Filantropia” surge, também, escassas vezes no discurso habitual. Apesar de, no dicionário, aparecer como sinónimo de “caridade”, facilmente reconhecemos que, por um lado, o termo não tem associado a

si uma conotação tão marcadamente negativa e, por outro, a sua utilização faz mais sentido em contextos não religiosos. De facto, não aliamos a palavra “filantropia” a Deus, contrariamente a “caridade”. *Caridade* e *filantropia* designam, ambas, um movimento de cuidado de alguém, ou de um grupo, relativamente aos seus semelhantes, particularmente ao socorro prestado no sentido de aliviar as dores de outrem ou prover às suas necessidades.

Remontam ao século XIX os textos que primeiro nos chamaram a atenção para a subtil diferença entre *caridade* e *filantropia*. Encontrámo-los no âmbito da nossa investigação sobre Teresa de Saldanha², uma portuguesa que se impõe conhecer e cuja obra sócio-educativa merece ser reconhecida. A referência surge em três cartas pessoais escritas por Teresa de Saldanha:

«Bem pobres estamos, mas é bom isto nas Associações de Caridade e em que se trabalha só por amor de Deus. Agora se vê (...) a diferença que há entre filantropia e caridade!» (*Carta de Teresa de Saldanha a Maria Augusta Campos*, ADSCS, C 0719, [1876].);

1. Caridade - amor ao próximo, benevolência, compaixão, esmola, beneficência; Filantropia - amor à humanidade sem distinção de raça ou de nacionalidade, caridade, humanitarismo (*Dicionário Universal Milénio: Língua Portuguesa*. Lisboa: Texto Editora, 1999).

2. Teresa Rosa Fernanda de Saldanha Oliveira e Sousa (1837-1916). Fundadora da Associação Protectora de Meninas Pobres (1859), hoje Associação Promotora da Criança, e da Congregação das Irmãs Dominicanas de Santa Catarina de Sena (1868). Destaca-se no panorama nacional como educadora, tendo desenvolvido um modo muito próprio de estar na educação, através de uma pedagogia personalista baseada na afetividade e na responsabilização (Cf. Helena Ribeiro de Castro - *Teresa de Saldanha: a obra sócio-educativa*. Lisboa: Ed. Cáritas, 2012).



Teresa de Saldanha

«Estou como a mamã sem pachorra para a quermesse. (...) um espírito diferente do nosso, os nomes das barracas, tudo acho filantropia pura» (*Carta de Teresa de Saldanha a sua mãe*, ADSCS, C 4097, 18 maio [1884], sublinhado no original);

«Vê-se agora tanta coisa que ataca os nervos. O tal bazar nos jardins do Conde de Burnay, presidindo a Princesa, a favor do hospital das crianças, também acho uma coisa que encanita. Li um artigo no *Ilustrado*, escrito pela [Guiomar] Torresão, elogiando a [condessa] de Ficalho, a sua caridade, faz a descrição do hospital, etc. Filantropia e não caridade» (*Carta de Teresa de Saldanha a sua mãe*, ADSCS, C 5411, 19 maio 1888).

Pertencendo a uma família de políticos mas, sobretudo, de pessoas envolvidas em causas sociais, estas afirmações de Teresa de Saldanha fa-

ziam-nos perceber uma preferência pela expressão “caridade” sobre a de “filantropia”, aparentemente considerada de valor inferior. Isso mesmo afirma o irmão mais novo de Teresa, José de Saldanha³: «a caridade tem sobre a filantropia uma superioridade incontestável» (Saldanha 1891, p. 57).

No elogio fúnebre da mãe de Teresa de Saldanha, a Condessa de Rio Maior⁴, o Padre António Cordeiro explicava:

«Quando me ouvis, senhores, falar da caridade da ilustre finada, não julgueis que entendo falar desse affecto puramente natural, a que [se] chama filantropia (...) que nascendo da terra e na terra, aí enraíza e rasteja quase sempre sem viço nem louçania. Não, senhores, a caridade de que vou falar-vos é planta do céu, onde lançou as primeiras raízes, donde aspira a seiva, a formosura e todo o mimo que tem, e para onde eleva sua dourada e verdejante copa» (Cordeiro 1890).

Reforça-se, aqui, o carácter «puramente natural» da filantropia, *versus* o entendimento de «caridade» como «planta do céu». No mesmo texto, o autor descrevia a ação caritativa da Condessa de Rio Maior, colocando-a no local da própria ação, junto daqueles de quem cuidava, subindo «escadas sombrias até ao asilo enegrecido e lóbrego da miséria a enxugar lágrimas de pais e filhos, e a pôr o pão do sustento na mão engelhada e fria do esfomeado; enfim, a serenar fronteiras que a desgraça enrugava».

3. José Luís de Saldanha Oliveira e Sousa (1839-1912). Formado em Filosofia e Matemática pela Universidade de Coimbra, estudou Química e Mineralogia em Paris, onde foi companheiro de Pasteur. Deputado em duas legislaturas e membro do Partido Católico, escreveu e publicou vários dos seus discursos. Foi diretor da Casa da Moeda.

4. Isabel Maria José dos Prazeres de Sousa Botelho Mourão e Vasconcelos (1812-1890). Filha dos Condes de Vila Real. Distinguiu-se pela sua intervenção social particularmente através da Associação dos Órfãos Desvalidos da Cholera Morbus e da Febre Amarela que fundou a pedido da Imperatriz D. Amélia Augusta e da Associação de Nossa Senhora Consoladora dos Aflictos a que presidiu durante várias décadas.

Fica-nos, então, a ideia de que, no entendimento dos autores destas afirmações, a *caridade* supunha uma atitude de prática pessoal, sem intenção de reconhecimento, ou mesmo, evitando-o; a filantropia, sendo igualmente motivada pelo desejo de fazer o bem, era praticada por pessoas que se mantinham afastadas do lugar onde se viam as necessidades que socorriam, deixando o seu nome associado às obras praticadas. Um outro membro desta família, D. António da Costa⁵, diria que a *filantropia* ou beneficência provinha de um «instinto natural», enquanto a *caridade* constituía «uma virtude» (Costa 1868, p. 99).

No texto que escreveu em 1891, a pedido da Comissão Central do 2.º Congresso Católico da Província Eclesiástica de Braga, em defesa da liberdade de associação religiosa em Portugal (Saldanha 1891), D. José de Saldanha discute amplamente esta questão.

Explanando o seu pensamento sobre a ineficácia dos meios pensados fora de uma conceção cristã para melhorar a sorte dos mais pobres, o autor alega que foi o Cristianismo que veio transformar o dever abstrato da assistência, palavra que associa a filantropia, num ato essencial da primeira das virtudes cristãs, a caridade. Por outras palavras, ao acrescentar à filantropia, movida por considerações morais e humanas, a motivação cristã, o amor de Deus, o homem caritativo dispõe-se a uma dedicação que não recusa sacrifícios em prol do bem do outro, amado por Deus:

«Trabalhar cada um nos limites das suas forças, para bem estar da humanidade, é uma obra meritória, é o meio de satisfazer, em parte, as nossas aspirações, de preencher, também, o vácuo, o vazio que cada qual sente em si; mas, para isso, não se

pode prescindir dos ensinamentos de Deus e, para amparar a nossa inexperiência e a nossa fraqueza, deveremos ter sempre presentes os dois mandamentos: “Amar a Deus sobre todas as coisas e ao próximo como a nós mesmos”» (Saldanha 1891, p. 21).

O outro, «sendo um homem, um irmão, precisa de ser amado para poder ser socorrido com inteligência, e [...] é também preciso tratar da sua alma quando se trata do seu corpo» (Saldanha 1891, p. 69). Estabelece-se uma relação de família em que se experimenta «uma ternura afetuosa uns pelos outros» (Saldanha 1891, p. 70). Exercer a caridade é, então, olhar para o outro, ver os seus sofrimentos, físicos



José de Saldanha

e morais e contribuir para o alívio dos seus males. Quem quiser trabalhar pela felicidade do homem tem de olhar cada um, individualmente, na sua dupla dimensão, física e espiritual, e ocupar-se de tudo o que diga respeito à sua vida, presente e futura, sem esquecer o contexto familiar em que se insere. Socorrer é isso mesmo: trabalhar para o outro. Para Saldanha,

5. António da Costa de Sousa Macedo (1824-1892). Filho dos Condes de Mesquitela e neto do 1.º Conde de Rio Maior. Primo do pai de Teresa de Saldanha, o 3.º Conde de Rio Maior. Formado em Direito, notabilizou-se por ter sido ministro do 1.º Ministério da Instrução Pública que existiu em Portugal, em 1870, no Governo chefiado pelo seu tio, o Duque de Saldanha.

«em economia, dar e trabalhar são coisas equivalentes» (Saldanha 1891, p. 33): dar é «ceder gratuitamente um trabalho completo» (Saldanha 1891, p. 34).

Assumindo acreditar que o homem vive no mundo de forma passageira, faz repousar no desejo de imortalidade e de infinito, «o mais belo privilégio da natureza humana» (Saldanha 1891, p. 8), a necessidade de compreender e respeitar, ativamente, os nossos deveres para com Deus, a criação, o nosso país, os outros homens e nós próprios. Assim se explica que, como afirma, «a Religião sempre tem tido, e continua a ter, em mira a felicidade temporal da humanidade, a diminuição das suas dores, dos seus sofrimentos» (Saldanha 1891, p. 18). A caridade é, nas palavras deste autor, fruto «de um amor terno e compadecido para com todos os que sofrem; de uma necessidade imperiosa de consolar todos aqueles que choram» (Saldanha 1891, p. 74) numa alusão a Rm 12, 15. Expressa-se em grandes como em pequenos gestos, numa palavra que se diga, num aceno ou atitude.

Não deixa de ser digno de nota que, encarando a caridade, em primeiro lugar, como um dever dos que têm mais para com os que têm menos, o autor sublinhe que «os sofrimentos físicos e morais são partilha tanto dos pobres como dos ricos» (Saldanha 1891, p. 37), chamando a atenção para que os sofrimentos morais são, com frequência, maiores do que os físicos e, ainda, que as pessoas que não são materialmente pobres também necessitam da caridade dos demais. Embora não se perceba no texto nenhuma intenção de alterar a estrutura social vigente, insiste-se na necessidade de diminuir a distância entre as classes sociais, reclamando que era urgente «aproximar o pobre do rico, e este daquele» (Saldanha 1891, p. 67).

É opinião de D. José de Saldanha que o exercício da caridade requer uma constante criatividade: ela tem de ser, em cada dia, «mais inventiva, mais ativa, mais inteligente, para prevenir a miséria [...] e para enxugar lágrimas, para dar esmola, em toda a extensão da palavra» (Saldanha 1891, p. 59). Praticar-se à luz do dia mas, muitas vezes, de forma escondida, para melhor trabalhar, entrando discretamente na

casa do necessitado sem expor publicamente o seu estado de debilidade.

A caridade constitui, simultaneamente, uma arte e uma ciência. Uma arte que carece de sensibilidade, uma ciência feita de sabedoria humana, de discernimento, de reflexão a partir da experiência, para que a ação realizada não perpetue as situações de fragilidade mas, antes, contribua para que aquele que é auxiliado possa desenvolver condições de autonomia e, mesmo, de utilidade social.

«A caridade na prática também exige precauções [...] e entre estas uma das principais é a seguinte: a esmola dada ao homem sadio, e robusto, que pode trabalhar e que encontra trabalho, e que não trabalha porque não quer, não é caridade, ou é caridade mal entendida. [...] Um socorro dado imprudentemente pode, por efeito da fraca vantagem de um alívio passageiro, aumentar para o futuro a miséria e multiplicar os males, que deseja curar» (Saldanha 1891, p. 58).

Exige delicadeza que não afronte quem recebe auxílio, e discrição que não permita o orgulho de quem o dispensa. Aquele que pratica a caridade tem de ser humilde, enquanto emprega todos os seus recursos na luta pela justiça, «atacando a miséria na sua origem» (Saldanha 1891, p. 30). Por isso se defende que a associação é o melhor meio de exercer a caridade: desse modo, quem visita, quem dá, visita e dá em nome do grupo de que faz parte e não em nome pessoal.

Num século em que floresciam associações um pouco por todo o país, das de beneficência às de piedade, talvez esta seja uma das razões que explicam a circunstância de a história não ter registado o nome da irmã do autor, Teresa de Saldanha, apesar da extensão da obra social e pedagógica que desenvolveu a partir de 1859, num total de mais de 50 escolas. De facto, foi quase sempre através das duas associa-


ções que fundou, a Associação Protectora de Meninas Pobres e a Congregação das Irmãs Dominicanas de Santa Catarina de Sena, que Teresa atuou. Como alvitrava José de Saldanha, o homem tinha nas mãos, para além da força política, através do voto, outra força considerável: «a força da associação que não tem limites nem fronteiras» (Saldanha 1891, p. 11).

No texto que vimos referindo, perspectiva-se, pois, uma caridade em que as pessoas se aproximem, se olhem nos olhos, se conheçam e se reconheçam, porque não é possível amar a quem não se conhece: «a beneficência praticada à distância, fora das vistas de quem a pratica, não pode deixar de ser superficial»; «quem visita o indigente [...] fica conhecendo o indigente, e as mais pessoas da família, quando as há. Toma interesse pela gente com quem fala, toma-lhe amizade, e assim conseguirá também ser considerado como amigo» (Saldanha 1891, p. 67). Relação de amizade, mais do que de benfeitor-beneficiado.

São estas as características da caridade, que decorrem do entendimento cristão da vida e da obrigação de cuidar uns dos outros, por força do amor de Deus, que distinguem, nestes escritos, o conceito de caridade do de filantropia.

A ainda recente encíclica de Bento XVI, *Caritas in Veritate* (2009), define caridade de uma forma que entendemos pouco diversa da descrita por Saldanha:

«O amor – *caritas* – é uma força extraordinária, que impele as pessoas a comprometerem-se, com coragem e generosidade, no campo da justiça e da paz. É uma força que tem a sua origem em Deus, Amor eterno e Verdade absoluta. Cada um encontra o bem próprio, aderindo ao projeto que Deus tem para ele a fim de o realizar plenamente» (Bento XVI 2009, n.º1).

Refletir sobre a atualidade deste conceito e das práticas que nele se apoiam, permite diferenciá-lo de outros e tomar consciência da força que sobre eles revela. 

Perspetivas sobre a miséria

Os economistas materialistas, mais preocupados com a riqueza do que com o homem, consideram o indigente como um obstáculo ao desenvolvimento da riqueza. Para eles o indigente consome mais do que produz, e portanto é no maquinismo social um elemento prejudicial [...]. A miséria tem antes de ser combatida como um flagelo, do que socorrida fraternalmente como um mal [...]. Os economistas filantropos, indignados com a prática dos materialistas, e compenetrados de um sentimento de fraternidade sincera, amam os indigentes, fazem-lhes o bem que podem, mas eles próprios são os primeiros a reconhecer que a economia espiritualista da escola filantrópica não pode, só por si, prestar todos os socorros devidos às classes necessitadas [...]. Os economistas cristãos sustentam que a religião é quem apresenta a solução única para o problema de socorrer eficaz e praticamente a miséria. Reconhecem que a assistência é uma tarefa pesada e muitas vezes fastidiosa, por mais bonitas que sejam as cores com que os poetas a têm descrito. Reconhecem que, embora haja uma consciência, que fala das obrigações para com os miseráveis como também fala das obrigações do homem para com Deus, é certo que essa consciência pode prestar-se aos sofismas do egoísmo, e que essa consciência, quando isolada da ação do Cristianismo, é tão fraca que, em toda a parte onde o Cristianismo tem desaparecido, a consciência fala mais baixinho, e cada vez mais a ponto de desaparecer.

(In José de Saldanha – *Da necessidade da liberdade de associação religiosa em Portugal*, p. 46-47)

Bibliografia

José de Saldanha – *Da necessidade da liberdade de associação religiosa em Portugal*. Lisboa: Typographia Universal, 1891.

António Cordeiro – *Oração fúnebre proferida nas exéquias da Excelentíssima Senhora Condessa de Rio Maior, D. Isabel Maria de Sousa Botelho Mourão e Vasconcelos, celebrada em 23 de maio de 1890, trigésimo dia do falecimento*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1890.

D. António da Costa – *O Cristianismo e o progresso*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1868.

Bento XVI – *Caritas in Veritate*. Lisboa: Ed. Paulinas, 2009.